

MEC explica o reajuste, mas não sabe se escolas têm lucro ou não

BRASÍLIA — Os cálculos para fixação do índices para reajuste das semestralidades escolares se basearam nos preços praticados em 1985, na remuneração dos professores, na inflação acumulada após o Plano Cruzado e numa base histórica referente às escolas particulares do Brasil. A explicação é do Secretário-Geral adjunto do Ministério da Educação, Luiz Bandeira da Rocha Filho. Ele admitiu, no entanto, que o MEC não tem dados concretos sobre a lucratividade das escolas, pois disse ser “quase impossível” conhecer com exatidão a situação de cada uma das 35 mil escolas privadas do País. Baseado em estimativas, Bandeira da Rocha disse que “há uma convicção no MEC de que o índice de 35% equilibrará a situação de 90% das escolas” e que apenas o restante precisará recorrer ao percentual adicional de até 15%, autorizado na Portaria Ministerial.

Mesmo admitindo uma margem de erro nas suas estimativas, alguns técnicos do MEC raciocinam em cima das declarações da própria Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), cujo Presidente, Roberto Durnas, declarou que com um índice de 35%, cerca de 40% dos estabelecimentos não teriam condições de iniciar suas atividades este ano. Os técnicos argumentam que se

o aumento de 35% resolve o problema de 60% das escolas, pode-se inferir que o índice adicional, de até 15 por cento, resolveria o problema das demais que estariam operando no vermelho e que só um pequeno número de estabelecimentos teriam que recorrer a um aumento adicional a ser homologado pelas comissões de encargos educacionais dos Conselhos Estaduais de Educação.

Bandeira da Rocha aproveitou para defender a participação de pais, alunos e professores na questão dos reajustes escolares. Segundo ele, o MEC entende que a medida que a comunidade escolar se inteire de todos os aspectos de sua própria realidade haverá um crescimento mútuo e maior maior conscientização de todas partes, com reflexos na melhoria da qualidade de ensino.

A opinião de Luiz Bandeira encontra eco no Secretário de Educação Superior, Paulo Elpidio, embora ele admita que tenha ouvido de várias pessoas que que poderá haver impasse nas negociações. Mesmo assim, ele acha que a “experiência poderá levar a uma participação produtiva na melhoria do desempenho acadêmico e seu acompanhamento”, o que em sua opinião vai depender da mobilização dos interessados.